

**GEOVANE DA CONCEIÇÃO ESTANISLAU**

**A LEI É A JUSTIÇA? — O ESTADO X O HOMEM**

**BELO HORIZONTE**

**2025**

## INTRODUÇÃO

*“Quando o Estado decide quem merece punição e quem merece perdão, ele deixa de ser instrumento da justiça e se torna autor da injustiça.”*

A relação entre lei e justiça é, desde os primórdios da filosofia política, uma das mais controversas e perigosas da história humana. Desde a *Antígona* de Sófocles, onde a protagonista desafia a lei do rei em nome de uma lei moral superior, até *Os Miseráveis* de Victor Hugo, a literatura e a filosofia denunciam o mesmo dilema: *A lei pode ser justa em sua forma e, ainda assim, injusta em sua essência.*

Em *Os Miseráveis* (1862), *Jean Valjean* é condenado a dezenove anos de prisão por roubar um pão. Não por crueldade pessoal de um juiz, mas por uma estrutura legal que, sob o manto da ordem, criminaliza a sobrevivência dos pobres. O que Hugo revela não é apenas a tragédia de um homem, mas o pecado estrutural de um Estado que confunde justiça com obediência.

Séculos antes, Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, já distinguia o justo legal (*aquilo que está na lei*) do justo natural (*aquilo que é moralmente correto independentemente da lei*). Para ele, a verdadeira justiça é aquela que respeita a natureza humana, e não a conveniência dos governantes. Essa distinção ecoa até hoje, em um mundo onde o Estado, frequentemente, se apresenta como o guardião da ordem, mas age como o usurpador da moral.

O filósofo John Locke, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1690), afirmava que o poder político só é legítimo quando preserva os direitos naturais “vida, liberdade e propriedade”. Quando o Estado passa a violar esses direitos, ele se torna, nas palavras de Locke, um “*invasor com o título de governante*”. É essa invasão silenciosa, legal, burocrática, porém imoral que o episódio busca revelar.

Thomas Hobbes, em *O Leviatã* (1651), justificava a criação do Estado como forma de evitar o caos da guerra de todos contra todos. Mas o mesmo Hobbes alertava que, se o Leviatã não for contido pela moral e pela razão, ele se transforma em um

monstro que devora seus próprios criadores. Em nome da segurança e da ordem, nasce o autoritarismo; em nome da justiça, perpetuam-se injustiças.

- A história recente está repleta de exemplos dessa contradição:
- Leis que punem o roubo de um pão, mas não o desvio de milhões.
- Políticas que multam o motociclista pobre, mas silenciam diante do motorista milionário.
- Códigos penais que aplicam punições exemplares à periferia, enquanto oferecem garantias infindáveis ao centro do poder.

Pierre Bourdieu, em *A Força do Direito* (1986), explica que o direito não é neutro, ele reflete as estruturas simbólicas de poder de uma sociedade. Em suas palavras, “a lei é o braço invisível do Estado”, capaz de legitimar desigualdades em nome da legalidade. O que é “justo” aos olhos da lei, muitas vezes é apenas o que é útil ao sistema.

Do ponto de vista jurídico contemporâneo, Luigi Ferrajoli, em *Direito e Razão* (1989), afirma que a justiça estatal deve se submeter a um princípio de limitação do poder punitivo: O Estado não pode agir como um deus moral, sob pena de se tornar aquilo que diz combater: um delinquente institucional.

Dessa forma, o episódio “Os Crimes do Estado” não é apenas uma crítica à burocracia ou ao sistema penal; é uma investigação filosófica sobre quando e como o Estado ultrapassa a linha entre governar e dominar.

Afinal, como dizia Victor Hugo, *abrir uma escola é fechar uma prisão*, mas o que acontece quando o Estado prefere abrir prisões em vez de escolas?

O objetivo deste episódio é provocar o ouvinte a questionar a legitimidade moral do poder, entender o papel da lei como instrumento de controle e refletir sobre o verdadeiro significado da justiça.

## PROBLEMÁTICA

*“Pode o Estado cometer crimes por meio da lei?”*

A questão que orienta este episódio nasce de um paradoxo tão antigo quanto o próprio poder: como o Estado, criado para proteger o homem, pode se tornar seu opressor?

Em *Os Miseráveis*, *Jean Valjean* não é condenado por um ato de maldade, mas por um ato de necessidade. Ao roubar um pão para alimentar a família, ele não afronta a moral, apenas a propriedade. A lei, fria e impessoal, o transforma em criminoso, e o Estado o transforma em exemplo.

O problema que Victor Hugo denuncia é universal: *A lei não mede a justiça, mede a obediência.*

O filósofo Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1975), demonstra como o Estado moderno aperfeiçoou a arte da punição. A partir do século XVIII, as execuções públicas foram substituídas por prisões, processos e burocracias: a violência deixou de ser espetáculo e se tornou sistema.

Segundo Foucault, *“a prisão não é o fracasso da justiça, é a sua vitória.”* A lei não falha. Ela funciona exatamente como planejado: Para domesticar o corpo e silenciar o pobre.

Essa lógica está presente até hoje.

Enquanto radares e multas se multiplicam em regiões periféricas, onde o cidadão comum tenta sobreviver ao trânsito e ao caos, bairros nobres permanecem protegidos por uma invisibilidade conveniente.

Quando a fiscalização não alcança o poder, não é incompetência é escolha.

É o Estado praticando a seletividade moral: o mesmo crime tem pesos diferentes conforme o CEP, a cor ou o saldo bancário do infrator.

Zygmunt Bauman, em *Vidas Desperdiçadas* (2004), afirma que a modernidade produz legalmente seus próprios excluídos. O Estado não elimina os marginalizados, ele os administra, mantém e pune.

Nas palavras de Bauman, *“a exclusão é o subproduto inevitável da ordem.”*

Assim, as prisões superlotadas, as políticas de segurança que criminalizam a pobreza e a desigualdade no acesso à justiça não são falhas do sistema, são o próprio sistema em funcionamento.

A filósofa Hannah Arendt, ao analisar o julgamento de Adolf Eichmann em *Eichmann em Jerusalém* (1963), cunhou a expressão “banalidade do mal”. Eichmann, burocrata nazista, afirmava que apenas cumpria leis e ordens. Arendt conclui que o mal não precisa de monstros, basta de funcionários obedientes.

Essa é a essência do problema: Quando o Estado se refugia na legalidade para justificar a imoralidade, ele cria uma forma “legal” de violência. Uma máquina moralmente cega, mas juridicamente perfeita.

Em nível contemporâneo, o jurista Luigi Ferrajoli (1989) chama essa perversão de “legalismo autoritário”: Um regime onde tudo é feito de acordo com a lei, inclusive o injusto.

Ferrajoli alerta que o Estado de Direito pode se transformar em “Estado de Legalidade”, no qual o poder se legitima apenas por cumprir formalidades, sem responder à moral ou à razão.

Essa reflexão ganha força ao observarmos as desigualdades do sistema judicial brasileiro. Segundo o CNJ (2023), 65% da população carcerária é formada por pessoas negras e de baixa renda. O IBGE (2022) aponta que, enquanto processos de grandes empresas podem durar décadas, ações trabalhistas e penais contra pequenos cidadãos são resolvidas com velocidade exemplar, uma eficiência seletiva que revela que a justiça corre quando o poder é fraco e anda quando o poder é forte.

Portanto, a problemática que norteia este episódio é dupla:

- Moral: Até que ponto o Estado pode se declarar justo quando suas leis produzem injustiça?
- Filosófica: Existe legitimidade em um poder que pune sem equidade, e que usa a lei como escudo moral para suas próprias falhas éticas?

Em outras palavras:

*“Quando o Estado escolhe quem deve ser punido e quem deve ser poupado, ele deixa de ser mediador da justiça e passa a ser seu algoz.”*

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar criticamente como o Estado pode se tornar agente de injustiça ao aplicar a lei de forma desigual, seletiva ou moralmente perversa, legitimando a opressão em nome da ordem e da segurança jurídica.

Este objetivo parte do pressuposto de que a legalidade não é sinônimo de legitimidade, e que a verdadeira justiça exige não apenas o cumprimento da lei, mas a sua moralidade.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

### **1. Evidenciar os mecanismos de injustiça legalizada**

Investigar exemplos concretos, históricos e contemporâneos em que o Estado agiu de forma legal, mas injusta:

- Condenações desproporcionais de cidadãos pobres,
- Seletividade nas fiscalizações urbanas (radares, ruídos, apreensões),
- Morosidade judicial em causas que envolvem elites econômicas e políticas.

Esses casos serão analisados à luz da crítica foucaultiana sobre o poder disciplinar e do conceito de “violência simbólica” de Pierre Bourdieu, revelando que a opressão moderna não precisa mais de grilhões, basta de burocracia.

### **2. Discutir a fronteira entre lei, moral e poder**

Refletir, com base em autores como Aristóteles, Locke, Ferrajoli e Hannah Arendt, sobre o ponto em que o Estado, ao se autoproclamar guardião da moral, perde o direito de exercê-la.

- Onde termina o dever de governar e começa o vício de dominar?
- Quando a lei, que deveria proteger, se torna instrumento de violência?

A intenção é mostrar que o Estado moralmente desorientado não é aquele que comete abusos isolados, mas aquele que transforma o abuso em rotina institucionalizada.

### **3. Analisar a seletividade da justiça como forma de controle social**

Demonstrar como a desigualdade jurídica não é um acidente, mas um mecanismo de perpetuação de hierarquias.

Com base em Zygmunt Bauman, discutir como o sistema penal e a moral burocrática produzem “vidas descartáveis”: Cidadãos puníveis, vigiados e marginalizados por design estatal.

A justiça deixa de ser cega para tornar-se míope: Enxerga apenas o que lhe convém.

### **4. Refletir sobre o papel do cidadão diante da injustiça institucional**

Provocar o ouvinte a compreender que o silêncio também é uma forma de conivência.

Inspirado em Victor Hugo, Paulo Freire e Simone Weil, o episódio defende que a consciência individual é o último reduto da justiça quando o Estado se torna imoral.

*O cidadão precisa aprender a julgar o juiz, e não apenas a acatar o julgamento.*

### **5. Promover o debate público sobre o poder e a moralidade**

Fomentar um espaço de diálogo em que a justiça seja tratada como um valor coletivo, e não como monopólio institucional.

O podcast se propõe a abrir o debate, não a encerrá-lo.

A meta é inspirar reflexão, crítica e engajamento consciente: transformar a indignação em sabedoria e a sabedoria em ação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a Grécia Antiga até o mundo contemporâneo, o dilema entre lei e justiça tem desafiado filósofos, juristas e escritores.

A lei nasce como promessa de equilíbrio, mas, frequentemente, se transforma em instrumento de poder e o Estado, que deveria ser servo da moral, assume o trono como seu intérprete supremo.

### **Aristóteles — O nascimento da distinção entre o justo natural e o justo legal**

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles estabelece a distinção entre o justo natural: “Aquilo que é intrinsecamente correto”; E o justo legal: “Que depende de convenções humanas”.

Para ele, a justiça é a mais alta das virtudes, mas também a mais frágil, porque depende do caráter de quem a aplica.

Quando o Estado cria leis que contradizem a natureza humana, Aristóteles diria que estamos diante de um desvio ético, não de um erro jurídico.

Assim, uma lei que pune o faminto e absolve o poderoso pode ser válida em termos legais, mas jamais será justa porque fere a essência da virtude.

### **John Locke — O direito natural como limite do poder político**

Séculos depois, John Locke, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1690), retoma o debate sob o olhar do Iluminismo.

Locke afirma que todo poder político nasce de um contrato social, cujo único propósito é proteger os direitos naturais do homem: Vida, Liberdade e Propriedade.

Quando o Estado viola esses direitos, seja por omissão, abuso ou seletividade, ele rompe o contrato e perde sua legitimidade.

Locke não concebe o Estado como um deus moral, mas como um empregado do povo. Por isso, dizia ele:

“Sempre que o governo se torna destrutivo a esses fins, o povo tem o direito de alterá-lo ou aboli-lo.”



Essa ideia é o alicerce do pensamento liberal clássico, e, ao mesmo tempo, uma acusação direta contra o Estado que governa em causa própria, fingindo servir à ordem enquanto sustenta o privilégio.

### **Thomas Hobbes — *O Leviatã e o preço da obediência***

Antes de Locke, Thomas Hobbes já havia identificado a necessidade de um poder central forte para evitar o caos: *O Leviatã*.

No entanto, Hobbes sabia que o mesmo poder que protege também pode destruir.

O Leviatã, uma vez criado, tende a esquecer que nasceu do medo dos homens e começa a governar pelo medo dos homens.

O Estado, segundo Hobbes, é um monstro racional que quando sem controle moral, torna-se um monstro sem alma.

A paz que ele oferece pode ser apenas a paz dos cemitérios: silenciosa, obediente e sem justiça.

### **Victor Hugo — *O crime moral do Estado***

Na literatura, Victor Hugo traduziu esse dilema em carne e poesia.

Em *Os Miseráveis* (1862), *Jean Valjean* é punido não por ser mau, mas por ser pobre.

O sistema jurídico que o condena é retratado como uma máquina fria, incapaz de distinguir o mal moral do erro humano.

Hugo descreve o Estado como um deus de pedra: legal, mas sem compaixão.

Seu personagem *Javert*, o policial obcecado pela lei, representa o “*legalista puro*”, aquele que serve à norma, mesmo quando ela trai a justiça.

“*Entre Javert e Valjean, o mundo se divide: o homem da lei e o homem da moral. O primeiro vive para punir; o segundo, para compreender.*”

Essa tensão entre o dever e a consciência é o reflexo do mesmo conflito que atravessa as sociedades modernas.

### **Michel Foucault — *O poder que pune e normaliza***

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1975), expõe a face invisível do Estado moderno: *A administração da obediência*.

Segundo ele, as instituições: “*Prisões, Escolas, Tribunais*”, não servem apenas para educar ou punir, mas para moldar comportamentos.

O poder moderno não precisa mais de tiranos visíveis; ele se infiltra nos sistemas, nas regras, nos costumes e nas leis.

Para Foucault, o Estado não é o carcereiro, mas o engenheiro do cárcere.

A punição, antes física, torna-se simbólica e cotidiana.

A legalidade se torna a forma mais sofisticada da dominação.

### **Pierre Bourdieu — *A violência simbólica da lei***

Em *A Força do Direito* (1986), aprofunda essa crítica ao mostrar que o direito é o discurso institucionalizado do poder.

A lei, longe de ser neutra, reflete as estruturas de classe e de privilégio.

Ela dá forma jurídica à desigualdade social e transforma a obediência em virtude cívica.

Bourdieu chama isso de “violência simbólica”: A capacidade que o Estado tem de fazer com que os dominados aceitem a dominação como natural.

Assim, o pobre acredita que merece sua punição, enquanto o rico acredita que merece sua absolvição.

A injustiça, portanto, não se impõe pela força, mas pela crença na legalidade.

### **Hannah Arendt — *A banalidade do mal e a obediência sem consciência***

Em *Eichmann em Jerusalém* (1963), analisa o julgamento de um dos arquitetos do Holocausto.

Eichmann não era um monstro, era um burocrata.

Seu argumento de defesa era simples: “*Cumpri ordens, segui a lei.*”

Arendt conclui que a obediência cega é o solo onde o mal floresce.

O perigo não está apenas no tirano, mas no funcionário exemplar que cumpre seu dever sem refletir.

Quando a moral é substituída pela legalidade, o crime se torna rotina e o mal se torna administrativo.

### **Luigi Ferrajoli — O garantismo como resistência moral**

O jurista italiano Luigi Ferrajoli, em *Direito e Razão* (1989), propõe o *garantismo penal*: *Uma filosofia que busca limitar o poder punitivo do Estado.*

Ferrajoli defende que o Estado só é legítimo quando reconhece que não pode tudo, e que a lei deve sempre ser interpretada à luz dos direitos humanos e da moralidade.

Segundo ele, “*A lei justa é a que protege o cidadão contra o Estado, e não o contrário.*”

Esse princípio é o antídoto contra o “*legalismo autoritário*”, a tentação de transformar o cumprimento da lei em justificativa moral para qualquer ato estatal.

### **Zygmunt Bauman — O descarte humano e a nova forma de injustiça**

Por fim, Zygmunt Bauman, em *Vidas Desperdiçadas* (2004), mostra que a injustiça moderna não é mais o exílio ou a prisão, mas a irrelevância social.

Vivemos em sociedades que criminalizam a pobreza e normalizam a exclusão.

O Estado não precisa mais matar o homem, basta torná-lo invisível.

A legalidade se transforma em uma forma de assepsia moral: o Estado lava as mãos, dizendo que apenas cumpre as regras, enquanto perpetua estruturas que condenam milhões à marginalidade.

### **□ SÍNTESE FILOSÓFICA**

De Aristóteles a Bauman, de Victor Hugo a Ferrajoli, todos convergem em um ponto:

*“A lei, quando se afasta da moral, deixa de ser justiça e passa a ser poder.”*

A fundamentação deste episódio parte dessa constatação: O Estado, mesmo operando dentro da legalidade, pode cometer crimes morais, e que a única defesa do cidadão é a consciência e não a obediência.

## METODOLOGIA

*“A justiça não se ensina; ela se descobre no diálogo.”*

O método deste episódio se fundamenta na convicção de que o pensamento filosófico deve dialogar com a realidade viva, que a ideia só tem valor quando atravessa a experiência humana.

Por isso, “*Os Crimes do Estado*” foi estruturado como uma investigação filosófico-social, unindo análise teórica, observação empírica e reflexão coletiva.

### 1. Abordagem Filosófica-Crítica

O primeiro eixo da metodologia é a leitura filosófica das estruturas de poder.

O episódio parte de um método de análise dedutivo e interpretativo, em que conceitos de autores clássicos: “*Aristóteles, Locke, Hobbes, Hugo, Arendt, Foucault, Ferrajoli, Bauman*”, são aplicados à realidade contemporânea.

A intenção não é explicar a filosofia, mas usar a filosofia como lente para enxergar o presente.

Assim, cada citação ou referência não é usada como argumento de autoridade, mas como instrumento de revelação moral.

*“A filosofia é usada aqui como espelho: não para ver o passado, mas para compreender o reflexo distorcido do presente.”*

### 2. Observação Empírica e Social

O segundo eixo é a análise da vida cotidiana: Os lugares onde o Estado mostra seu rosto mais real: *Radares seletivos; Desigualdade nas punições; Morosidade judicial; Diferenças de tratamento entre pobres e ricos; Sutilezas da legalidade que se disfarça de justiça.*

Essas observações são tratadas como dados narrativos, equivalentes aos “estudos de caso” nas ciências sociais.

Elas não são apresentadas como denúncias, mas como símbolos de um sistema moral em desequilíbrio.

*“Cada radar, cada multa, cada sentença desigual é um pequeno espelho do Leviatã, um reflexo de como a lei pode servir a poucos em nome de todos.”*

Para isso, a metodologia combina exemplos observáveis (casos reais e políticas públicas) com interpretações simbólicas, seguindo o método da hermenêutica social, a arte de extrair sentido filosófico de fenômenos concretos.

### **3. Linguagem Dialógica e Participativa**

O terceiro eixo é a interação com o público.

O projeto entende o podcast como um espaço de diálogo público, inspirado na pedagogia freiriana, onde a consciência nasce da conversa e não da imposição.

Cada episódio é acompanhado de um documento público (como este), acessível em link aberto, que contém:

- Fundamentação teórica completa;
- Referências dos autores mencionados;
- Provocação final para debate.

O público é convidado a participar da construção da reflexão, seja comentando, enviando análises ou sugerindo novas perspectivas.

Desse modo, o projeto transforma o ouvinte em coautor do pensamento, e não mero espectador.

*“A filosofia só é viva quando alguém responde.”*

#### **4. Estrutura Narrativa**

A estrutura do episódio segue um roteiro com base narrativa:

Abertura literária ou simbólica: Uma citação ou situação concreta que encarna o tema;

Apresentação da questão filosófica : Dilema entre lei e justiça;

Desenvolvimento reflexivo: Análise dos autores e dos exemplos reais;

Síntese moral: Retorno à pergunta inicial, à luz das reflexões;

Provocação final: Convite à reflexão e diálogo com o público.

Essa forma narrativa permite que o episódio combine a emoção da literatura, a profundidade da filosofia e a urgência da realidade.

#### **5. Ética e Neutralidade Crítica**

Embora o conteúdo questione estruturas políticas e jurídicas, a metodologia é ética e não partidária.

O objetivo não é atacar ideologias, mas analisar princípios morais universais: Justiça, liberdade, dignidade, responsabilidade e verdade.

Toda crítica ao Estado é conduzida sob o princípio aristotélico da mesótes (*justa medida*):

*“Nem o silêncio dos covardes, nem o grito dos fanáticos, apenas a voz dos que buscam compreender.”*

Assim, o episódio evita a polarização e propõe uma filosofia pública que respeita o contraditório, o diálogo e a diversidade de pensamento.

#### **6. Fontes e Instrumentos**

Fontes Primárias: obras filosóficas, literárias e sociológicas (*Hugo, Locke, Hobbes, Arendt, Foucault, Bauman, Ferrajoli, etc.*).

Fontes Secundárias: Relatórios públicos, Dados CNJ, IBGE, imprensa e jurisprudência.

Instrumentos: roteiro de gravação, análise textual e simbólica, e interação digital (Spotify, YouTube, Google Docs/Notion).

## DISCUSSÃO

*“O maior crime do Estado é o de parecer justo enquanto perpetua a injustiça.”*

A justiça, quando seletiva, se torna o espelho mais cruel da sociedade. Ela não se rompe de uma vez, porém vai se corroendo aos poucos, nos radares, nas multas, nas sentenças, nas filas, nas omissões. O Estado não precisa levantar a mão contra o povo; basta virar o rosto no momento em que deveria protegê-lo.

### 1. A Seletividade Invisível: o Radar e a Riqueza

Belo Horizonte, como tantas outras cidades do país, ilustra bem o que Pierre Bourdieu chamaria de *“violência simbólica legalizada”*: Radares são instalados onde há movimento, não onde há poder.

Os bairros periféricos são vigiados milimetricamente; nos bairros nobres, a fluidez é sinônimo de liberdade. Além da lei ser a mesma, seu olhar não é neutro.

Ela se volta com rigor para o trabalhador que se atrasa e acelera, mas se desvia com cortesia diante do carro importado que ronca pela madrugada.

O ruído que incomoda o Estado não é o som do escapamento mas o som da pobreza em movimento.

*“A lei é cega, dizem. Mas contraditoriamente sabe exatamente para onde não olhar.”*

Esse fenômeno mostra que a legalidade, em sua aplicação desigual, produz moralidade seletiva: O que é crime para o pobre é apenas estilo de vida para o rico.

É o Estado, portanto, cometendo um crime ético sob o disfarce da ordem pública.

### 2. O Crime Moral da Impunidade

A impunidade é o segundo grande crime do Estado e o mais silencioso.

Ela não fere o corpo, mas destrói o sentido de justiça.

Quando grandes empresários e políticos desviam milhões e continuam livres, o Estado envia uma mensagem clara: *A sua liberdade está atrelada ao tamanho da sua conta bancária.*

Segundo dados do CNJ (2023), processos envolvendo corrupção e grandes fortunas demoram, em média, cinco vezes mais para serem julgados que processos de pequeno valor. A justiça, como observou Zygmunt Bauman, tornou-se *“um produto de luxo, acessível apenas a quem pode comprá-la”*.

O cidadão pobre, ao contrário, vive sob um Estado de prontidão punitiva, onde qualquer deslize é tratado como crime exemplar. O mesmo país que perdoa bilionários por evasão fiscal não perdoa o motoboy que estaciona no lugar errado. Essa assimetria não é acidente, é projeto. É o Leviatã moderno praticando seu crime mais refinado: *A normalização do privilégio*.

### 3. A Moral dos Ruídos e o Silêncio da Justiça

Há uma ironia moral nas ruas. O motociclista com escapamento barulhento é parado, multado, humilhado(*Não confunda aqui achando que eu digo que isso é algo errado, haja visto que um crime ou o cometimento de um crime não abona outro. Então, para não deixar margens de dúvidas: **A moto barulhenta e o carro esportivo que quebra vidraças cometem exatamente a mesma contravenção penal***). O carro esportivo, que ultrapassa o mesmo limite de ruído, é aplaudido como símbolo de sucesso. A diferença não está no som, está na semântica social.

*O ruído do pobre é incômodo. O ruído do rico é poder.*

Essa seletividade é uma forma de censura estética: *o Estado pune não o ato, mas o autor do ato*.

É o mesmo princípio que move as leis de aparência neutra, mas que carregam intenções morais disfarçadas.

*“A moral do Estado é como o ruído que ele escolhe ouvir.”*

Em termos foucaultianos, o poder se exerce na minúcia dos gestos cotidianos: Na forma como a lei entra nos corpos, regula comportamentos, define o que é aceitável e o que é marginal.



#### **4. A Justiça que Tarda e a Violência da Espera**

A morosidade judicial é outro tipo de violência: *A violência do tempo*.

Enquanto um processo de despejo tramita em semanas, um processo de reparação trabalhista pode demorar anos.

Enquanto o Estado exige celeridade do cidadão, ele próprio se refugia na lentidão quando é o réu. Essa lentidão, uma forma de autoproteção institucional ao adiar o julgamento, o Estado garante o esquecimento e o esquecimento é o mais eficiente dos absolvidos.

A justiça que tarda é um crime que se cumpre em silêncio:

Não há sangue, não há tiro, não há manchete.

Mas há a morte lenta da esperança, e isso é uma forma de assassinato moral.

*“Nada corrompe mais a fé no Estado do que o tempo gasto esperando justiça.”*

#### **5. O Racismo e o Pinkwashing como Crimes de Imagem**

O Estado moderno aprendeu a pintar sua própria face.

Ele fala em igualdade, mas aplica políticas superficiais que maquiagem o racismo estrutural. Fala em diversidade, mas usa o *pinkwashing* (*apoio público às causas LGBTQIA+ sem inclusão real*) como verniz de modernidade.

Como observa Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*, o poder contemporâneo já não se sustenta pela força, mas pela narrativa: *Cria símbolos de inclusão para disfarçar práticas de exclusão*.

Assim, o Estado comete crimes estéticos: Parece justo, mas atua seletivamente; parece humano, mas age como máquina.

As cotas raciais, por exemplo, garantem acesso, mas não garantem ascensão.

O sistema inclui para silenciar, e depois se autopremia pela benevolência.

*“O crime do Estado moderno é o de se declarar progressista enquanto permanece feudal.”*

## **6. . O Julgamento sem Juízes: Quando o Estado é Réu e Juiz**

A essência do crime estatal é a ausência de limite.

Quando o Estado é acusado, ele julga a si mesmo.

A justiça estatal é, portanto, autorreferente: Responde apenas às suas próprias leis, que ele mesmo escreveu.

Luigi Ferrajoli chama isso de “*inversão da legitimidade*”: o poder deixa de justificar seus atos à sociedade e passa a justificá-los à própria lei.

Surge, assim, o Estado de Legalidade: Onde tudo é legal, inclusive a injustiça.

E nesse teatro jurídico, o cidadão é sempre o figurante.

O Estado, juiz de si mesmo, se absolve enquanto o povo cumpre pena.

## **7. A Síntese Moral: A Lei Contra o Homem**

A partir de todos esses exemplos vemos um padrão:

O Estado, criado para garantir justiça, se tornou o agente mais eficiente da injustiça.

Mas o episódio não busca apenas denunciar, ele busca compreender.

Porque a injustiça estatal não nasce apenas da malícia, mas da cegueira moral coletiva:

Da obediência de quem cumpre sem questionar, da passividade de quem sofre em silêncio, e da indiferença de quem acredita que “é assim mesmo”.

*“O crime do Estado só existe porque o cidadão se acostumou a perdôá-lo.”*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O crime do Estado é o crime que ninguém vê porque todos participam dele um pouco.”*

A história da civilização é, em grande parte, a história das suas injustiças legitimadas.

De cada trono, de cada tribunal, de cada lei escrita sob o pretexto da ordem, nasce uma nova forma de desigualdade com aparência de virtude.

O Estado se apresenta como juiz do mundo, mas, ao longo do tempo, tornou-se o maior dos réus. É o único criminoso que escreve as próprias leis, julga os próprios atos e declara a própria inocência. Quando ele pune, chama de justiça; quando oprime, chama de dever; quando erra, chama de burocracia.

Mas toda injustiça estatal nasce da cegueira moral coletiva.

Um radar injusto não se instala sozinho; um juiz parcial não age no vácuo; uma lei desumana não se escreve sem mãos humanas.

O Estado, afinal, não é um ser é uma soma de consciências.

E quando o Estado se torna injusto, é sinal de que a sociedade já aceitou conviver com a injustiça.

*“Não é o silêncio do opressor que destrói o justo, mas o silêncio dos que o veem oprimir.”*

A lei deveria proteger o homem, não substituí-lo.

Mas, quando o Estado se arroga o direito de definir o que é moral, ele se coloca acima da humanidade e o resultado é o que Hannah Arendt chamou de banalidade do mal: *A normalização do absurdo.*

Victor Hugo já havia avisado: *“Entre o homem que rouba um pão e o Estado que o condena, o mais culpado é sempre o que tem poder.”*

E se a justiça se torna apenas um reflexo da força, então a força é o único valor que resta e não há civilização possível nesse deserto.

Por isso, A Lei é a Justiça? O Estado x O Homem não é apenas um podcast sobre política; é acima de tudo um espelho moral.

Cada episódio é um convite à dúvida, e cada dúvida é um ato de liberdade.

*Questionar a justiça é a forma mais nobre de defendê-la.*

*“A lei deve ser o servo da moral, não o seu carrasco.”*

Enquanto houver homens dispostos a obedecer cegamente, o Estado continuará a cometer seus crimes com a cumplicidade da indiferença.

Mas, quando houver um só homem que se recuse a aceitar a injustiça como destino, a moral volta a respirar e a justiça, enfim, se torna possível.

## **SÍNTESE FINAL**

O Estado se torna criminoso quando usa a lei como instrumento de dominação.

A justiça não nasce das instituições, mas da consciência moral de quem se recusa a aceitar o injusto.

O dever do cidadão não é obedecer sempre, mas compreender quando a obediência se transforma em cumplicidade.

*“A justiça não é uma estrutura, é um gesto.*

*E, às vezes, o gesto mais justo é dizer: não.”*

“Este foi o primeiro episódio de A Lei é a Justiça? — O Estado x O Homem.

Um convite para enxergar a lei além das palavras, e a justiça além dos tribunais.

Se a reflexão tocou você, compartilhe, comente, discorde, participe no Notion.

Porque a justiça só existe quando alguém decide questionar.”

*“Quando o Estado se torna juiz de si mesmo, a lei perde o direito de ser chamada de  
justiça.”*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*“Nenhuma ideia nasce sozinha.*

*Toda reflexão justa é um diálogo entre o passado e o presente.”*

### OBRAS FILOSÓFICAS E POLÍTICAS FUNDAMENTAIS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã: Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

### OBRAS SOCIOLÓGICAS E CONTEMPORÂNEAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Força do Direito: Elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico**. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n.º 64, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas: A Modernidade e seus Excluídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

### OBRAS LITERÁRIAS E COMPLEMENTARES

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Nova Fronteira, 2016.

SÓFOCLES. **Antígona**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

PAULO FREIRE. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

SIMONE WEIL. **A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão**. São Paulo: Paulus, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

## **FONTES DE DADOS E REFERÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em Números 2023**. Brasília: CNJ, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais 2022**. Brasília: IBGE, 2022.

RELATÓRIOS INTERNACIONAIS (ONU, 2021–2023). **World Justice Project Report**. Washington: WJP, 2023.